

IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PRIVADAS DE SANTA MARIA: PANORAMA DOS SITES INSTITUCIONAIS.

Antonella Rosauro Gnoccato¹; Rosane Leal da Silva²

RESUMO

Este artigo objetiva discutir os principais aspectos normativos contemplados na Lei nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com destaque para os dados pessoais de crianças e adolescentes, o que é feito para responder ao seguinte problema de pesquisa: é possível afirmar que as instituições privadas de Santa Maria já estão adequadas ao que dispõe a LGPD, refletindo aspectos dessa adequação em seus sites institucionais? Para responder a este problema de pesquisa foram combinados método de abordagem dedutiva com procedimento de estudo de casos, vez que os sites foram detalhadamente analisados por meio da técnica de observação direta, sistemática e não participativa, realizada no primeiro semestre de 2022. Concluiu-se que há dados pessoais divulgados nos sites, inclusive imagens de titulares (professores e estudantes), o que sugere necessidade de maior cautela por parte do controlador e que a maior dos portais institucionais ainda não se mostra adequada à LGPD, falhando no dever de transparência, pois os sites não dispõem de elementos básicos que permitam que o titular tenha conhecimento suficiente para o exercício de seu direito à autodeterminação informativa.

Palavras-chave: Autodeterminação informativa; crianças e adolescentes; defesa do titular; Lei Geral de Proteção de Dados; portais institucionais.

Eixo Temático: Direitos, Políticas Públicas e Diversidade.

1. INTRODUÇÃO

A economia atual é movida por dados pessoais, o que desperta muito interesse por parte dos fornecedores de produtos e serviços, dentre eles as instituições de ensino. Essas, por sua vez, realizam o tratamento de uma série de dados pessoais, muitos deles de pessoas em formação, pois prestam serviços para crianças e adolescentes.

¹ Antonella Rosauro Gnoccato – Acadêmica de Direito do 10º semestre da Universidade Franciscana, a.gnoccato@ufn.edu.br.

² Rosane Leal da Silva – Docente do Curso de Direito da Universidade Franciscana, rosanelealdasilva@ufn.edu.br

Ainda que o tratamento seja feito com supedâneo na base legal contratual, cujo assentimento foi conferido pelos pais ou representantes legais, há uma série de princípios que precisam ser observados, dentre eles a finalidade e a transparência no tratamento. Sua observância é prevista na própria legislação, que responsabiliza os controladores em caso de descumprimento. Sabe-se, no entanto, que a vigência de uma lei não conduz, necessariamente, a adaptação dos comportamentos e a mudança da cultura empresarial, o que leva a situações de incumprimento legal.

Tomando como base essa realidade, a pesquisa visou investigar o grau de adequação das instituições no que tange às informações disponibilizadas nos portais institucionais, as quais permitem que o titular saiba, desde o acesso à página, sobre eventual rastreamento e recolhimento de seus dados, seja cientificado da política de privacidade utilizada, bem como tenha mecanismos ao seu dispor para o exercício de direitos previstos na LGPD.

É sobre essa problemática que versa o estudo, que se divide em uma parte teórica, necessária à compreensão da LGPD, seguida de abordagem dos resultados obtidos. Sua produção liga-se à grande área do Direito Constitucional Aplicado, linha de pesquisa Constitucionalização das relações privadas.

1.1 A LGPD E SEUS PRINCÍPIOS BÁSICOS

A análise do presente tema demanda a compreensão da importância crescente que os dados pessoais têm nas atuais sociedades tecnológicas e hiperconectadas, constituindo-se em verdadeiras moedas em um mercado ávido por obter informações dos consumidores. Em razão dessa importância e acompanhando tendências globais, emergentes especialmente em países mais desenvolvidos, o Brasil editou a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor. Essa legislação se constituiu no primeiro marco normativo exclusivo para tratar do tema, incluindo especificamente a proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes. Posteriormente, em fevereiro de 2022 o tema registrou nova evolução em decorrência de sua recente positivação como direito fundamental.

Indubitavelmente, no âmbito do Direito encontram-se presentes direitos e garantias que são assegurados aos indivíduos pertencentes à sociedade. Na seara

de abordagem dos dados pessoais, tal aplicação não se diferencia, posto que foi criada uma legislação visando proteger os titulares, considerados vulneráveis frente à atuação de muitos controladores, cujas estratégias, por vezes pouco transparentes, podem impossibilitar o exercício de seus direitos.

Em vista disso, a previsão do dispositivo destinado à proteção de dados, desenvolve as bases legais para o tratamento de dados ao elencar princípios específicos que devem nortear o processamento, impondo novos deveres às instituições públicas e privadas, cuja observância é obrigatória a partir da vigência da LGPD.

No que se refere ao sistema educacional, o tema ganha destaque não somente pela recente edição da LGPD, o que se aprofundou ainda mais ao longo do período Pandemia causada pelo novo Coronavírus. Com efeito, o interesse em tutelar os dados pessoais se ampliou a partir do deslocamento das atividades de ensino para ambientes virtuais, com dependência quase que exclusiva das tecnologias. Esse processo de mediação tecnológica atingiu a educação em todos os níveis, sendo ainda mais sensível quando se dirige a crianças e adolescentes, cuja condição de desenvolvimento incompleto dificulta a compreensão acerca da disponibilização de suas informações pessoais, o que aponta para a importância da LGPD que, conforme Ana Frazão (2019, p.100) permite “resgatar a dignidade dos titulares de dados e seus direitos básicos relacionados à autodeterminação informativa”.

Para que a promessa legal de respeito à autodeterminação informativa seja cumprida é mister que os controladores, que detêm o poder de decisão e gestão dos dados pessoais de outras pessoas (conforme artigo 5º, VI, da LGPD), observem as bases legais para seu tratamento, em estrita observância ao que estabelece o Art. 7º da legislação³ em comento. Quando o tratamento envolve dados de crianças e adolescentes requer-se maior destaque à base legal disposta e que envolve o consentimento do titular, que é entendido, a partir do art. 5º, XII da LGPD como uma

³A LGPD possui como bases legais, o consentimento do titular, a aplicação do legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, tratamento pela administração pública, realização de estudos e de pesquisa, execução ou preparação contratual, exercício regular de direitos, proteção da vida e da incolumidade física, tutela de saúde do titular e a proteção de crédito, previstos ao art. 7º da referida Lei.

“manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada” (BRASIL, 2018).

No contexto de crianças e adolescentes, o art. 14 da LGPD reflete a preocupação com os dados pessoais desses titulares, cujo tratamento deve ocorrer em observância ao melhor interesse da criança e mediante o consentimento outorgado por, pelo menos, um dos pais ou responsável legal. No entanto, conforme Tefé (2019, p. 55), o tratamento dos dados pessoais dos menores de idade deve observar os artigos 7º e 11. Ademais,

Entende-se que o art. 14 da LGPD traz em si especificidades quanto ao consentimento e mais algumas possibilidades legais de tratamento de dados. Dessa forma, como complemento às hipóteses de autorização legal para o tratamento de dados, afirma-se no parágrafo 3º, do artigo 14, que poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o parágrafo 1º do mencionado artigo quando: a) a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, devendo os dados ser utilizados uma única vez e sem armazenamento; ou b) para a proteção da criança. Porém, em nenhum caso, esses dados poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata §1º (TEFÉ, 2019, p. 55).

Logo, o consentimento dos pais ou responsáveis legais não significa necessariamente proteção dos dados pessoais para as crianças e (adolescentes). A eficácia da verificação do consentimento dos pais é questionável, pois, devido à formulação ambivalente e suave do artigo 14º na LGPD, a verificação de idade depende da tecnologia disponível e dos esforços que são considerados “razoáveis” por parte do controlador, conforme explana Soares, Santos, Jesus (2021, p.13). Ademais, a legislação deixa uma margem de atuação maior para os controladores que atuam no ambiente virtual, pois prevê hipóteses nas quais pode haver a coleta e tratamento de dados sem o consentimento dos pais ou responsáveis legais.

Nesse sentido, percebe-se que o princípio do melhor interesse da criança é flexível e pode ser relativizado, o que gera um risco constante de que seja mal empregado por parte daqueles que realizam o tratamento dos dados. Percebendo esta problemática, Rosane Leal da Silva, em análise ao texto produzido pelo Comitê dos Direitos da Criança, das Nações Unidas (2020, p. 45), reconhece que o

melhor interesse possui tríplice dimensão, atuando como 1) direito substantivo; 2) princípio jurídico e 3) regra processual. Como direito

substantivo significa que vincula o Estado e os particulares, todos obrigados a sua observância e sujeitos a responder pelo seu descumprimento, já que seus titulares poderão recorrer ao Poder Judiciário em caso de violação. Como princípio requer compreender que sua dimensão aberta impõe hermenêutica diferenciada, pois havendo colisão ou disputa de interesses de distintos atores, a melhor opção sempre deverá ser ancorada em documentos internacionais que fixam um mínimo ético aplicável a esses sujeitos. Por fim, como regra processual significa que qualquer decisão deve ter em primeiro plano os interesses das crianças e ser precedida da análise dos aspectos positivos e negativos. As decisões precisam ser fundamentadas e devidamente justificadas.

Para Doneda (2006, p. 213) o princípio da finalidade vincula-se, ainda, ao princípio da adequação, pois o tratamento de dados pessoais somente pode ser realizado quando houver compatibilidade com as finalidades informadas ao titular, não podendo utilizar-se de dados incompatíveis com a finalidade a que se destina. Acompanhado da finalidade e adequação, o princípio da necessidade “delimita a licitude do tratamento de dados pessoais dentro dos limites da finalidade” o que, para Maldonado (2021, p. 151), deve minorar a coleta de dados ao mínimo necessário e limitar a conservação ou permanência de dados pessoais em poder dos controladores.

Dentre os princípios listados no Art. 6º da LGPD destaca-se a transparência, cuja observância dotará o titular com informações sobre os procedimentos feitos pelo controlador, destinação específica dos dados, eventual compartilhamento com terceiros, dentre outras informações relevantes. Ao comentar esse princípio, Souza, Werner e Neves (2018, p.17) explicam que ele tem por finalidade fazer com que o fornecedor apresente a devida informação ao consumidor para que este possa decidir com segurança, se tem ou não, interesse em celebrar o contrato, com consciência dos riscos que poderá suportar. Sua previsão encontra respaldo também no Art. 54, §3º do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual os contratos de adesão deverão ser redigidos de forma clara, a fim de facilitar a compreensão do consumidor para, justamente, poder tomar sua decisão com segurança e transparência.

Avançando em seu rol, a LGPD contempla o princípio da não discriminação, a partir do qual é vedada a utilização dos dados pessoais para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos, com risco de agravar a condição do titular, conforme disposto ao

art. 6º, IX da LGPD. Tal previsão é essencial para nortear o tratamento dos dados sensíveis, quais sejam,

dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural (BRASIL, 2018).

Esse rol previsto no Art. 5º, II da LGPD não deve ser interpretado como exaustivo, pois o acelerado desenvolvimento tecnológico pode levar a que novas espécies de dados pessoais emergjam. Ademais, o emprego das tecnologias também permite a mineração de dados e o seu tratamento de forma muito sofisticada, o que implica que dados “[...] aparentemente não “sensíveis”, podem se tornar sensíveis se contribuem para a elaboração de um perfil [...]”. Tal se mostra preocupante sobretudo na situação de titulares que ainda não completaram o seu ciclo de formação e amadurecimento cognitivo, pois “[...] a própria esfera individual pode ser prejudicada quando se pertence a um grupo do qual tenha sido traçado um perfil com conotações negativa” (RODOTÀ; 2008, p. 56)

Todo o processo de tratamento dos dados, ao longo de seu ciclo de vida (da coleta à conservação ou eliminação – conforme o caso) deve observar o princípio da qualidade, com dados atuais e exatos, mantidos em registros confiáveis e seguros, de maneira que torne possível ao titular saber se aquele controlador, em específico, está a tratar de seus dados. Segundo Burkart (2021, p. 51), a observância desse princípio deve garantir precisão nos dados pessoais, que devem ser atualizados sempre que for necessário. A atualização dos dados deve ocorrer de maneira segura, garantindo que somente sejam alterados dados desatualizados.

A proteção dos dados pessoais de crianças e adolescentes não se esgota, todavia, no disposto na LGPD, pois a novel lei deve dialogar com todo o microssistema da infância e adolescência, o que envolve normativas nacionais e internacionais. Quanto a essas últimas, destaca-se o Comentário Geral nº 25 sobre os direitos da criança no ambiente digital, produzido pelo Comitê dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU) e publicado no ano de 2021 (ORGANIZAÇÃO..., 2021). O documento foi elaborado por longos anos e visa a estabelecer princípios e diretrizes mínimas para o ambiente digital, especialmente em razão do crescimento das interações realizadas por crianças e adolescentes e

da importância das tecnologias na vida desses usuários, fato apontado por eles em consulta pública realizada, na qual de um lado ressaltaram a importância do ambiente digital em suas vidas e, de outro, expressaram temor sobre as inseguranças, dentre as quais a preocupação em identificar informações sobre o uso de seus dados pessoais.

Foram previstos quatro princípios que devem orientar a interpretação e a solução de eventuais problemas envolvendo as interações de crianças e adolescentes nos ambientes digitais, com ênfase para a não discriminação, a exigir que os Estados signatários da Convenção Internacional assegurem a que todas as crianças tenham acesso igual e efetivo ao ambiente digital, de maneira que sejam significativas para elas, evitando-se que as crianças sejam discriminadas quando da “filtragem de informação, definição de perfis ou tomada de decisões forem baseados em dados relativos crianças que sejam tendenciosos, parciais ou obtidos de forma injusta.” (ORGANIZAÇÃO..., 2021, p. 2). Também foi contemplado o melhor interesse da criança, que requer análise adequada de cada contexto vivenciado. Embora não tenha sido originalmente pensado para crianças, o ambiente digital deve assegurar que “em todas as ações relativas à disponibilização, regulação, concepção, gestão e utilização do ambiente digital, o interesse superior da criança constitui uma consideração primacial” (ORGANIZAÇÃO ..., 2021, p. 3).

O direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento devem igualmente ser resguardados pelos Estados, obrigados a adotar medidas apropriadas visando proteger as crianças frente aos riscos relacionados ao conteúdo, contato, condutas violentas e sexuais. (ORGANIZAÇÃO..., 2021, p. 3). E, por fim, o documento cita o respeito pelas visões da criança e do adolescente, proporcionando oportunidades para que suas vozes sejam ouvidas, sendo os Estados encorajados a utilizar “o ambiente digital para consultar as crianças sobre medidas legislativas, administrativas e outras medidas relevantes e para assegurar que suas opiniões sejam consideradas seriamente” (ORGANIZAÇÃO..., 2021, p. 4).

Essas preocupações das agências internacionais são bastante relevantes, o que remete a que se dê maior atenção, em âmbito brasileiro, para a efetivação da LGPD. Para tanto, é necessário que existam pessoas encarregadas pela orientação

e fiscalização do tratamento dos dados no âmbito da própria instituição, revelando-se de vital importância a figura do encarregado de proteção de dados, pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a autoridade nacional de proteção de dados. Assim, o encarregado é o responsável⁴ por “garantir a conformidade de uma organização à LGPD, e por garantir que as informações fiquem centralizadas recebendo a efetiva validação” (PINHEIRO, 2018, p.119). Para bem cumprir sua função, o encarregado precisa “ter o conhecimento da legislação, estar ciente sobre o ciclo de vida dos dados pessoais, ter conhecimento sobre atendimento e relacionamento com titulares” (PINHEIRO, 2018, p.120).

Diante da importância desses princípios e do papel a ser desempenhado pelo Encarregado buscou-se verificar, a partir da pesquisa empírica, se os sites das instituições de ensino privado de Santa Maria estavam cumprindo minimamente a legislação.

3. METODOLOGIA

Para responder ao problema que norteou esta investigação foi realizada pesquisa empírica, para o que foi empregado método de abordagem dedutivo, partindo-se de uma visão mais ampla da LGPD e de seus comandos legais para, com auxílio em método de procedimento de estudo de casos, investigar os sites institucionais das instituições de ensino privadas de Santa Maria, com o objetivo de analisar sua eventual adequação à legislação. Para tanto, foi produzido um formulário no Google Forms, no qual foram incluídos os seguintes aspectos: a) disponibilidade, no site, de aviso de privacidade; b) divulgação da política de privacidade; c) indicação do nome e endereço eletrônico do encarregado de proteção de dados; d) existência de página secundária ou aba que refira a LGPD; e)

⁴ Percebe-se, portanto, que as atribuições do encarregado vão além das atividades previstas ao art. 5º, VIII da Lei nº 13.709 pois ultrapassa o canal de comunicação entre os agentes de tratamento. Neste caso, o encarregado deve, conforme disposição do art. 41, §2º da LGPD: I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

existência de imagens de crianças/adolescentes ou professores no site; f) em caso positivo, se as imagens de crianças eram frontais e as identificavam.

A análise foi realizada no primeiro semestre de 2022 e dividida em duas etapas: primeiro foram investigadas instituições de ensino médio e infantil, incluindo berçários e creches e, após, instituições de ensino superior.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da aplicação dessa metodologia foram obtidos os seguintes resultados: dentre as instituições de ensino médio e infantil, 66,7% não disponibilizavam aviso de privacidade; 72,2% não apresentavam a política de privacidade; 77,8% das instituições não inclui página secundária ou aba que refira a LGPD; e, 100% dos sites possuíam imagens frontais de crianças/adolescentes ou professores.

Já com relação às instituições de ensino superior, os resultados obtidos foram: 16,7% das instituições não disponibilizam o aviso de privacidade; 33,3% não apresentam a política de privacidade; quanto à indicação do nome e endereço eletrônico do encarregado, 16,7% apresentou ambas informações, 50% não apresentou as informações e 33,3% apresenta apenas o endereço eletrônico do encarregado; 100% das instituições não apresenta página secundária ou aba que refira a LGPD; 16,7% não possuem imagens de estudantes ou professores e a mesma porcentagem apresenta apenas imagens publicitárias em seus portais educacionais.

Os resultados obtidos revelam que ainda é baixa a implementação da LGPD em aspectos básicos previstos na legislação, cuja observância permitiria que o titular tivesse condições mínimas de exercer a sua autodeterminação informativa. O problema começa pela própria navegação, pois como se apurou, a grande maioria dos sites não informam se utilizam cookies ou qualquer outro rastreador que permita seguir o titular dos dados, bem como não evidenciam a política de privacidade, o que permitiria informar adequadamente o internauta sobre o recolhimento de dados. A ausência da indicação do encarregado de dados, presente em pouco mais de trinta por cento dos portais também dificulta o exercício de direitos.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida revelou a importância normativa da LGPD, especialmente no que se refere à proteção de direitos dos titulares menores de idade, cujos dados pessoais passaram a ser diretamente contemplados no art. 14.

Os princípios desta legislação permitem ver que visa à valorização a autodeterminação informativa do titular, que deve ter conhecimento sobre os dados que são tratados, a finalidade de seu uso, a maneira como esse processamento ocorre, primando-se pelo princípio da transparência por parte do controlador. Em se tratando de crianças e adolescentes, sua vulnerabilidade é agravada e, ao lado dos princípios que se encontram no Art. 6º da LGPD há outros, como o melhor interesse, expressamente mencionado no Art. 14 da mesma legislação, reiterado em importantes documentos internacionais, mais recentemente no Comentário Geral nº 25, da ONU. Este documento, ademais, previu outros importantes princípios que precisam ser respeitados.

Constatou-se que a riqueza normativa e doutrinária vão num sentido e, em outro, as práticas visando a implementação da LGPD, pois os achados da pesquisa permitiram ver que a legislação não está sendo respeitada em muitas instituições de ensino privado de Santa Maria, cujos sites não se mostram adequados ao exercício de direitos por parte do titular. Para tanto, o titular dos dados precisa ter ciência de que seus dados são utilizados (avisos de privacidade), ter acesso à política de privacidade empreendida pela instituição e ter condições de fazer contato com o encarregado de proteção de dados, o que fica bastante prejudicado em razão da ausência de sua indicação nos portais institucionais. Evidencia-se, portanto, que as instituições devem mudar sua cultura, compreender a importância dos dados pessoais e respeitar a autodeterminação dos seus titulares, medidas impositivas para a adequação à LGPD.

AGRADECIMENTOS

À orientadora, por acreditar no projeto e apoiar sempre que fosse preciso. À Instituição, Universidade Franciscana, pelo ambiente criativo e amigável que proporciona aos seus alunos e à Bolsa de Iniciação Científica da FAPERGS

(PROBIC) pelo incentivo ao desenvolvimento da pesquisa na graduação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BURKART. Daniele Vincenzi Villares. **Proteção de dados e o estudo da LGPD.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2021.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DONEDA, Danilo. **A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental.** Joaçaba: Revista Espaço Jurídico, n.2, v.2, 2011, p. 91-108.

FRAZÃO, Ana. **Objetivos e alcance da Lei Geral de Proteção de Dados.** In Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no direito brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019b, p. 99-129.

LEITE, George Salomão; LEITE, Glauco Salomão. A abertura da Constituição em face dos princípios constitucionais. In: LEITE, George Salomão (coord.). **Dos princípios constitucionais:** Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição. 2. ed. São Paulo: Método, 2008, p. 20-22.

LIMA, Clara Affeld Martins. **O tratamento de dados pessoais pelo “legítimo interesse” do controlador:** análise da perspectiva europeia e brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MALDONADO, Viviane Nóbrega et al. **LGPD:** lei geral de proteção de dados pessoais comentada. 3ª edição, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê dos Direitos das Crianças. **Comentário Geral n.º 25 (2021) sobre os direitos das crianças em relação ao ambiente digital.** ONU, 2021. Disponível em:



<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/crc-cg25-pt.pdf>.

Acesso em: 27 set. 2021.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 119.

RODOTÀ, Stefano. **A vida na sociedade de vigilância: privacidade hoje**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SILVA, Rosane Leal da; SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues. Infância vigiada: o reconhecimento facial de crianças e adolescentes e os riscos de violação de dados pessoais. In: VERONESE, Josiane Rose Petry (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente 30 anos: grandes temas, grandes desafios**. Editora Lumen Juris, 2020, p. 41-66.

SOARES, Ellen Amanda Gama; SANTOS, Pedro Otto Souza Santos; JESUS, Tâmara Silene Moura. **LGPD e a Proteção de Dados pessoais das crianças e adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro: o dilema da coleta de dados e a obrigatoriedade do consentimento dos pais**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, 2021.

SOUZA, Sylvio Capanema; WERNER, José Guilherme; NEVES, Thiago Cardoso. **Direito do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TEFFÉ, Chiara Spadaccini de. Proteção de dados de crianças e de adolescentes. **Revista do advogado**, n. 144, nov. 2019, p. 54-60.